

## O imperialismo-uísque



Por **HOMERO SANTIAGO\***

*Comentário sobre o livro de Georges Orwell, Dias na Birmânia*

“Trata-se de uma necessidade política. Claro que é o álcool que mantém essa máquina em funcionamento. Não fosse por ele, todos enlouqueceríamos e sairíamos matando uns aos outros em uma semana. Eis aí um bom tema para os seus elevados ensaístas, doutor. O álcool como o cimento do Império.”<sup>[1]</sup>

### 1.

Georges Orwell nasce na Birmânia e ainda pequeno vai para a Inglaterra; forma-se numa das mais conceituadas escolas do país, graças a uma bolsa de estudos. Diplomado, em vez de seguir o caminho natural da universidade, decide retornar às Índias e presta o concurso para o oficialato da polícia imperial. Ele fica na Birmânia por cinco anos, até que em 1927, de licença na Inglaterra, resolve exonerar-se do posto e tornar-se escritor.

A experiência no Oriente fornece a matéria-prima de seu primeiro romance, *Dias na Birmânia*, terminado em 1933 e publicado no ano seguinte, bem como de outros textos do jovem Orwell, que passou assim a ocupar um capítulo relevante nesse ramo das letras britânicas que é a literatura anglo-indiana.<sup>[2]</sup>

O enredo é razoavelmente simples e não custa pincelá-lo aqui. Num pequeno vilarejo birmanês, a vida gira em torno do clube inglês. Flory, empregado numa madeireira, sofre a amargura de uma vida dissoluta e solitária, corrompida pela mentira; ele odeia os seus pares europeus, abomina o imperialismo, mas precisa calar as próprias opiniões; tem como único amigo o médico local nativo, cuja destruição é desejada por um juiz corrupto também nativo.

Flory conhece Elizabeth e sonha em casar-se com ela, superando a solidão; os gênios são incompatíveis, porém: ao passo que ele realmente admira a Birmânia e os birmaneses, Elizabeth se horripila com a simples ideia de convivência com os locais. O protagonista torna-se vítima do plano que visa destruir a reputação de seu amigo médico e, finalmente, vê seu plano de casamento evaporar; desesperado pela perspectiva de continuar a mesma vida modorrenta, suicida-se.

Com muita frequência, o romance de estreia de Georges Orwell é considerado um livro literariamente mal resolvido e, sobretudo, um fracasso político. Pelo momento, salientemos esse segundo aspecto. A tese da falha política descansa num pressuposto que é mais ou menos o seguinte: ao ficcionar a sua experiência birmanesa, Georges Orwell teria desejado produzir algo como uma denúncia do imperialismo britânico; é precisamente como tal o trabalho malogra.

Se o imperialismo e os imperialistas são diabolizados por Flory, somente o são na medida em que acarretam o sofrimento psíquico do jovem que descobriu a falta de sentido de uma vida regada a uísque e cercada de serviçais e prostitutas; o ódio

ao Império confunde-se ao ódio a si mesmo, a ponto de produzir efeitos literários duvidosos, como quando o protagonista se estapeia, xinga-se, o desejo de purga tomando ares de pastelão: “Patife, patife covarde [...] Covarde, vagabundo, bêbado, fornicador, patife cheio de autopiedade!” (p. 78).

Como mais de um estudioso observou, politicamente isso não vai longe; a crítica ao imperialismo vira o drama psicológico cindido entre duas culturas, desajustado a ambas, desdourado pela frustração dos sonhos juvenis, manchado pelo destino, que se emblema por “uma horrível marca de nascença que se espalhava, na forma aproximada de uma meia-lua irregular, pela face esquerda, do olho ao canto da boca” (p. 24).<sup>[iii]</sup> Para piorar, como amiúde notado, chama a atenção a quase completa ausência de um ponto de vista nativo na obra.

A ação gira em torno do clube inglês, as paisagens, os acontecimentos, as atitudes, são-nos apresentados pelo prisma do colonizador; não existiria análise da psicologia dos birmaneses, praticamente inexitem menções aos movimentos de resistência à colonização que à época já eram vigorosos – um aspecto que ressalta tanto mais se cotejarmos *Dias na Birmânia* e *Uma passagem para a Índia*, obra de E. M. Forster publicada dez anos antes e centrada na tensão entre ingleses e indianos.

Quer parecer-nos que o problema geral de avaliações desse tipo e a identificação dos pretensos “defeitos” da obra dependem do pressuposto há pouco mencionado, segundo o qual, reiteremos, *Dias na Birmânia* destinava-se a constituir uma denúncia do imperialismo, um libelo anticolonial. Ora, é exatamente essa premissa que não nos convence.

A pretensão da narrativa não é compor o relato do sofrimento psíquico de um jovem anglo-indiano nem constitui um dossiê sobre as perversidades e mazelas do imperialismo; ainda que surja aqui e ali, isso não constitui a essência da obra; e arriscamos mesmo ajuizar que, se o fosse, o romance teria pouco interesse, não mais que o da chuva caída no molhado, hoje que a condenação *in toto* do imperialismo e do colonialismo tornou-se uma opinião mais ou menos consensual.

Frisemos bem o nosso entendimento: a intenção de Georges Orwell foi apresentar, em forma romanesca, a sua descoberta do despotismo colonial; no limite, elaborar literariamente a compreensão da natureza ou essência do imperialismo, seu funcionamento e seus efeitos. Esse aspecto cognitivo do romance emerge diretamente da capacidade orwelliana de refletir sobre a própria experiência, sem dúvida, mas trabalhando-a, desfiando-lhe os nós escondidos e elevando-se por fim à compreensão da natureza do sistema que a determinou.

É um aspecto bem indicado pelo escritor, ao relatar a sua estada na colônia: “o trabalho na Birmânia me dera um entendimento da natureza do imperialismo”; ou então, ao reconhecer a importância de “um incidente insignificante” que lhe dera “uma ideia melhor da verdadeira natureza do imperialismo – dos verdadeiros motivos pelos quais governos despóticos agem”.<sup>[iv]</sup> É por isso que não tem o menor cabimento psicologizar, fulanizar banalmente o relato; Flory sofre, mas o sofrimento vem de uma ferida aberta pelo aprendizado: “foi percebendo a verdade sobre os ingleses e seu Império”, compreendendo que “o Império Indiano era um regime despótico” (p. 85).

A verdade que se vai desvelando ao protagonista é irredutível à sua psiquê, pois “puxa” à tona toda uma estrutura de poder e com ela entronca, introduzindo-nos no universo do imperialismo. De um jeito que só a boa literatura (a que está longe de ser simplesmente mal resolvida) consegue fazer.

Nem drama psicológico de tintas autobiográficas nem libelo anticolonial, *Dias na Birmânia* funciona como uma espécie de estudo do que seja o imperialismo britânico, a saber, um sistema baseado na mentira. Nesse sentido, o afã naturalista – e reconhecemos a sua presença nas longas e detalhadas descrições da vegetação, da fauna, dos tipos humanos locais – deve ceder espaço ao esforço de desvendar o assunto, um pouco como num texto geométrico o distanciamento do dado ajuda a melhor entender as suas condições.

Com isso, descobrimos que o imperialismo britânico é um sistema da mentira porque esta o constitui; é o seu elemento universal (presente em todos os seus meandros) e único capaz de manter em bom funcionamento a máquina imperial,

impondo-se sobre colonizadores e colonizados, a colônia e a metrópole, e dispensando inclusive o recurso à força bruta – o exército está lá como mera caução, o ideal é jamais usá-lo. A dominação é tanto mais eficaz quanto mais suave e adocicada,<sup>[v]</sup> por obra da mentira que agrada, entorpece e embriaga... como um, vários drinques. No plano literário, a figuração desse elemento que domina e mantém o domínio, constituindo a essência do imperialismo, é o *álcool*.

## 2.

“Apesar de todo o uísque que tomou no Clube, Flory dormiu pouco naquela noite.” (p. 77) Eis o revelador início do capítulo que reconstitui a trajetória de Flory, desde a chegada à Birmânia, aos 19 anos, passando pela esbórnica de bebedeiras e prostitutas, o envelhecimento precoce, o paulatino estrago no espírito causado pela insinceridade e solidão, o ódio dirigido aos compatriotas e ao Império. “É um mundo sem ar, estupidificante”, no qual “cada homem branco é mais um dente da engrenagem do despotismo”.

Ao final de algum tempo, o esforço para manter sua revolta em silêncio acaba por envenená-lo como uma doença secreta. Toda a sua vida se transforma numa vida de mentiras. Ano após ano você frequenta os pequenos Clubes assombrados por Kipling, copo de uísque à direita, o último número do *Financial Times* à sua esquerda. (p. 86)

Essa passagem capital nos remete ao centro de inteligibilidade de *Dias na Birmânia: a tríade do imperialismo*, que merece uma consideração detida.

O enredo do livro gira em torno do Clube Europeu e isso não é nem um pouco casual. Na Índias britânicas, cada vilarejo tem o seu clube; no conjunto, formam uma das instituições centrais da vida dos anglo-indianos, um dos poucos lugares onde podem realmente sentir-se em casa, ingleses entre ingleses, como sugerem, ler as últimas notícias e debater os grandes temas da metrópole. “Fortaleza inexpugnável”, “cidadela espiritual”, para usar palavras de Georges Orwell, o clube é uma instituição política única, pois faz as vezes de esfera pública nas colônias, o único espaço de convivência que não era nem criado nem administrado pelo Serviço Imperial ou pelo exército.<sup>[vi]</sup>

Esses clubes, frequentados por anos a fio, pelo menos assim nos é contado, são assombrados pela figura de Rudyard Kipling, o mais famoso autor inglês da virada do século XIX ao XX, vencedor do Nobel de literatura de 1907; maior expoente da “literatura colonial”, “o profeta do imperialismo britânico em sua fase expansionista”, na definição que Georges Orwell lhe dá alhures.<sup>[vii]</sup> Como nenhum outro, o excepcional criador dos *Livros da selva* e de Mowgli soube forjar com sua obra um ideário para o imperialismo, representando-o à guisa de empreendimento civilizatório em que os esforços filantrópicos dos “brancos” são testados nos limites da benfazeja abnegação.

Tomai o fardo do Homem Branco –  
Envia teus melhores filhos  
Vão, condenem seus filhos ao exílio  
Para servirem aos seus cativos;  
Para esperar, com arreios  
Com agitadores e selváticos  
Seus cativos, servos obstinados  
Metade demônio, metade criança.<sup>[viii]</sup>

Lidos por olhos hodiernos, esses versos da primeira estrofe do mais famoso poema de Rudyard Kipling, já nem soam horripilantes, apenas exalam a mais ridícula desfaçatez. Acontece que o nosso atual desprezo não muda em nada o significado e a força de uma peça que, graças ao talento de seu autor (que o lobinho imperialista Mowgli ainda nos

entretenha é índice seguro desse talento), desempenhou ao seu tempo papel fundamental na difusão de certa visão do imperialismo, conquistando para a causa uma legião de corações bem-intencionados.

Rudyard Kipling era cultuado nos altares dos clubes ingleses na Índia, ele que se confessava grande tributário dessas instituições,<sup>[ix]</sup> pela mesma razão que fazia as vezes de “deus lar (*household god*)” em cada casa de classe média, especialmente as anglo-indianas,<sup>[x]</sup> e conhecia um prestígio sem igual entre os militares britânicos nas colônias;<sup>[xi]</sup> cultor declarado das tradições e da ordem social, da hierarquia entre as raças e as classes sociais – meus “vícios imperialistas”, que adoram criticar a cada publicação minha, como jocosamente assumiu;<sup>[xii]</sup> esse campeão do *status quo* foi o “profeta” do expansionismo britânico pela boa razão de ter oferecido à empresa colonial aquilo sem o que, irremediavelmente, ela não passaria de roubo puro e simples.

Numa palavra, Rudyard Kipling deu ao imperialismo uma ideia.<sup>[xiii]</sup> Uma noção, uma compreensão que evite as dúvidas, compense os sacrifícios e guie com firmeza as ações, justificando-as, inclusive as mais brutais, pelos seus fins mais nobres, a saber, elevar à civilização as grandes faixas do planeta em que grassa a selvageria e a gente “metade demônio, metade criança” que vive, ou antes sobrevive à margem do progresso.

Rudyard Kipling é o genial elaborador do “imperialismo-ideia”, que de uma forma ou de outra precisa estar inculcado na cabeça de cada anglo-indiano e de cada nativo para que o sistema colonial funcione bem, com a devida suavidade e sem carecer de armas. É mais do que justo, pois, seu lugar de honra em cada clube inglês no Oriente, tal como descrito por Georges Orwell.

O segundo constituinte da tríade do imperialismo é o lucro, os negócios inequivocamente simbolizados pelo *Financial Times*, o “mensageiro” da City londrina, fundado em 1888, no auge do Império Britânico. Constatado isso, porém, uma questão é imediata: como conciliar o altruísmo, a ideia, e a pilhagem, o roubo, o lucro, os negócios coloniais, em suma? O problema não é pequeno nem pode ser deixado para lá.

A associação entre lucro e esforço filantrópico é uma exigência maior presente já no documento que se considera a certidão de nascença do imperialismo moderno: a ata da Conferência de Berlim de 1885, que reúne 14 países (além de europeus, EUA e Império Otomano) para negociar e oficializar a partilha da África subsaariana; sem os esforços conciliatórios, corria-se o risco de repetir, em pleno século XIX, o barbarismo criminoso dos romanos, aos quais justamente a ideia, o ideal que crava a diferença entre a mera pilhagem e o altruísmo civilizatório.<sup>[xiv]</sup>

Na capital alemã, o principal ponto em discussão é o Congo, que acaba cedido à Bélgica em troca da liberdade de navegação pelos rios e lagos da região, facilitando assim imensamente os negócios. Poderia, contudo, ser essa a justificativa única para o esforço colonial? De modo algum. Os signatários da referida ata afirmam se terem reunido “em nome de Deus todo-poderoso” no intuito de estabelecer “as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África”, pois sinceramente “preocupados ao mesmo tempo com os meios de crescimentos do bem-estar moral e material das populações aborígenes”.<sup>[xv]</sup>

Caso o leitor se sinta impelido ao riso, é bom conter-se. Apesar do que canta Tim Maia (“quando a gente ama / não pensa em dinheiro”), está longe de ser impossível a conciliação amorosa entre o livre-comércio e a filantropia no seu sentido etimológico mais alto de amor à humanidade. Os negócios existem e os ganhos são desejáveis, talvez inevitáveis, pois são eles que financiam o empreendimento humanitário.

Trata-se de uma lógica virtuosa cujos fundamentos são explicados candidamente pelo doutor Veraswami, indiano, a Flory, seu amigo inglês: “Enquanto os empresários ingleses desenvolvem os recursos do nosso país, os funcionários do governo britânico nos civilizam, nos elevam ao nível deles, por puro espírito público. É uma história magnífica de autossacrifício”. (p. 52)

# a terra é redonda

O ideal encontra no material as suas condições de realização, ao passo que os negócios revestem-se da nobreza do altruísmo. É um perfeito ganha-ganha. Cada madeireiro na Alta Birmânia que põe abaixo uma árvore pode estar certo que o faz por excelentes razões; não fosse assim, as florestas restariam intocadas, sem proporcionar à população nativa os auspiciosos ganhos civilizatórios que só o interesse comercial possibilita – estradas, ferrovias, hospitais, cadeias, “a lei e a ordem”, “a inabalável Justiça Britânica, a *Pax Britannica*”, completa o doutor Veraswami (p. 53). Em suma, o imperialismo-ideia definitivamente redime o que podemos denominar “o imperialismo-lucro”.

Se aquele leitor a que há pouco pedimos conter o riso retrucar que tudo não passa de estória para boi dormir, só uma enfiada de mentiras, não o refutaremos; tendemos a concordar com o diagnóstico, até porque é o próprio protagonista de *Dias da Birmânia* que esbraveja várias vezes contra “a mentira de que só estamos aqui para melhorar a vida dos nossos pobres irmãozinhos negros, e não para roubar o que eles possuem” (p. 51).<sup>[xvi]</sup>

Sem embargo, melhor é desapressar o andor que porta julgamentos fáceis. Convenhamos que a união virtuosa entre o bem-estar humano e o comércio não é mais aberrante que Mowgli, e pelo sim pelo não ainda é moeda corrente: não se vê privatização ou concessão de patrimônio público, até de um bem comum como a água, que não se alegue vir em “benefício” das populações; no inferno do capital – e o imperialismo é um estágio do capitalismo, ensinou Lênin – nada se faz sem a vênua das boas intenções.

Quem desconsiderar a ideia, sentir-se-á pecando por venalidade; quem menosprezar o lucro, recairá no limbo do idealismo bobo. Atenção! Os problemas só surgem quando esquecemos uma das pontas. Pelo contrário, as coisas precisam andar juntas, absolutamente combinadas, para que o sistema funcione com perfeição, na medida em que se possa nele acreditar. Ora, a responsabilidade por não nos deixar incorrer nesse erro toca ao último elemento da tríade: o uísque, o genuíno azeite da máquina imperial.

Somente o imperialismo-uísque (certo que se bebe também cerveja, gim, conhaque; apenas tomamos *pro toto* a *pars* mais significativa) é capaz de cimentar a união, praticamente identificando – à guisa da “misteriosa identidade entre cinco e quatro”, para usar uma expressiva imagem de 1984<sup>[xvii]</sup> – o lucro e a ideia, a pilhagem e a civilização. Mal comparando, como Descartes disse certa vez que a união substancial, teoricamente inconcebível, torna-se razoável desde que não pensemos nela e somente a vivenciemos, pode-se dizer que basta bebermos para que o imperialismo esbanje coerência e ativez, surgindo à guisa de maravilhoso arranjo histórico-político-cultural.

Conviver, beber: “trata-se de uma “necessidade política”, explica Flory, pois é “claro que é o álcool que mantém essa máquina em funcionamento” (p. 50). E efetivamente, em *Dias na Birmânia*, bebe-se muito e a toda hora, antes do café da manhã, após o almoço, ao fim da jornada comercial, durante o jantar, antes de dormir; bebe-se para suportar o calor e a vida no exílio indiano, bebe-se sobretudo para acreditar.

É revelador que o copo de uísque, no quadro que nos dá a tríade do sistema, ocupe o nobre lado direito, simbolizando, muito cristãmente, a misteriosa extensão do poder de Deus-pai, num caso de quase substituição. “Que civilização a nossa, uma civilização sem Deus, baseada no uísque!” (p. 42). O álcool ocupa esse lugar de destaque porque remete ao problema central da crença na mentira que sustenta o sistema. Como modelo compreensivo, vale por seus efeitos: a percepção alterada, a mente turbada, o entorpecimento que fomenta a credulidade.

Daí a sua máxima importância, merecendo ser dito o “cimento” do Império. O imperialismo-uísque tem prioridade sobre os demais porque, sem este, aqueles são inócuos. O que seria uma mentira que não fosse acreditada por ninguém? Um artifício espúrio que não funciona, senão à base da coerção. Ora, o álcool docemente insufla a crença sincera no que é, literalmente, incrível; assenta-se desse modo na base de uma mentira sistêmica e anônima que, contas feitas, prescinde até de mentirosos ou pessoas deliberadamente mentirosas.

O bêbado não mente quando conta as suas lorotas nem falha nos gestos mais simples, pois ele acredita no que fala, acredita francamente no que vê, e quem acredita numa ilusão acredita verdadeiramente; logo, está longe de ser um

mentiroso ou um ilusionista; ainda que a ilusão, a percepção deturpada, a mentira, se se quiser, realmente existam. Em *Dias da Birmânia* o imperialismo-uísque nos dá a figuração literária do modo de compreender um sistema da mentira peculiar, pois que aparentemente não carece de mentirosos, podendo ser ampla e sinceramente acreditado, tanto por colonizados quanto por colonizadores.

Um exemplo é suficiente para demonstrar esse aspecto. Em certa passagem, Ellis – um inglês troglodita que despreza e odeia visceralmente os nativos – é ou sente-se provocado por alguns estudantes birmaneses; ato contínuo, agride-os, e com um golpe de bengala cega um dos meninos; em revide, os jovens o atacam em bloco, até que ele salvo por seus empregados. Não é claro no texto do romance em que medida a hostilidade partiu dos estudantes ou Ellis é que assim imaginou, afinal era o que esperava, o que desejava para externar o seu ódio. O fato é que em seguida, na delegacia, a versão do inglês (ter sido gratuitamente atacado) será sustentada pelos criados que isentam o patrão e culpam os estudantes.

Nisso vem o cirúrgico comentário do narrador: “é provável que Ellis, justiça seja feita, acreditasse que essa era a versão verdadeira dos fatos” (p. 298). Eis o ponto: se *Dias na Birmânia* é mais que um mero dossiê de maldades imperialistas, é porque Orwell conseguiu compreender e figurar literariamente que ali interessavam bem menos os fatos nus que as coisas conforme percebidas e acreditadas por pessoas como Ellis; rigorosamente, ele não está mentindo, pois acredita de verdade na mentira, e isso basta para justificar os seus atos, todos eles. <sup>[xviii]</sup>

Uma mentira desacreditada de nada vale; por isso os meios de acreditação do falso são fundamentais para a consolidação de um sistema da mentira. No caso de *Dias da Birmânia*, a investigação desse aspecto passa, prioritariamente, pela análise das relações entre os principais personagens do romance e a substância ética onipresente, ou seja, as entranhas mesmas do imperialismo-uísque e como ele azeita, enleva e acredita o imperialismo-ideia e o imperialismo-lucro. Daí surge variegado quadro das maneiras como, sob o imperialismo, vive-se, sofre-se e faz-se sofrer, colonizadores e colonizados. Sem pretender à exaustividade, esboçemos desse quadro apenas o necessário para compreender, despsicologizando na medida em que politizamos, a triste sina do protagonista.

Foi já observado que o clube europeu é o centro da narrativa; ora acrescentemos: também é, *of course*, o centro de recepção e consumo de bebidas, onde os sócios encontram o cobiçado gelo (o que pode representar melhor o brio, o engenho, a exclusividade do cidadão inglês, que o esforço sobre-humano de preservar-se “gelado” no calor birmanês!). Mais que espiritual, ou por isso mesmo, o clube é uma cidadela ética ambiente em que o estado de constante embriaguez ecoa o ideário imperial, a ideia, ao mesmo tempo que todos se empenham quanto podem em lucrar. Os britânicos destarte vivem tranquilamente, tão entorpecidos quanto Ellis. A não ser quando o álcool deixa de gerar seu efeito lenitivo. É toda a desgraça de Flory.

Após a compreensão da “natureza do inferno reservado aos anglo-indianos” (p. 89), isto é, uma vida afundada na mentira sistêmica, o que resta a Flory é beber. Em grande quantidade e o tempo todo. Quando o criado lhe traz certo dia o café da manhã, ele é direto: “Não quero comer nada. Leve de volta essa porcaria e me traga um uísque.” (p. 65) É a maneira de sentir-se melhor e suportar os dias. Os problemas se intensificam conforme a bebida começa a mostrar limites. Retomemos o início do quinto capítulo de *Dias na Birmânia*, acima referido: apesar de todo o uísque, Flory não consegue dormir. Da mesma forma, após uma queda do cavalo, recolhe-se a casa e pede uma garrafa de uísque, a qual todavia “não lhe caiu bem” (p. 270).

Antes de comparecer ao clube na expectativa de enfrentar uma discussão difícil, “ele tomava gim o tempo todo, mas nem mesmo a bebida agora o distraía” (p. 276). Flory descrê do sistema, não consegue (embora o quisesse muito) crer na ideia, e assim a vida se lhe torna insuportável; a descrença, a covardia, a frustração dos planos de casamento; sem o alívio do álcool, o suicídio faz-se inevitável. <sup>[xix]</sup>

É o seu fado, é o destino de cada anglo-indiano que, em estado de forçada sobriedade, é obrigado a encarar a si mesmo e o

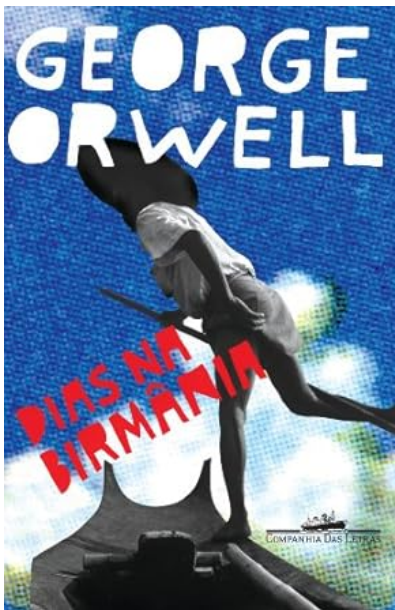


sistema de que constitui uma peça. Na ausência dos efeitos amortecedores do álcool, o horror se irradia; a fonte desse horror é o império, mas a ponta mais próxima e concreta desse maldito império é si mesmo, tornando grande a tentação de dar cabo dela para aliviar o sofrimento, matar-se como Flory.[\[xx\]](#)

\***Homero Santiago** é professor no Departamento de Filosofia da USP.

## Referência

---



Georges Orwell, *Dias na Birmânia*. Tradução: Sergio Flaksman. São Paulo, Companhia das Letras, 2018, 360 págs. [\[https://amzn.to/4ijMaVI\]](https://amzn.to/4ijMaVI)

## Notas

---

[\[i\]](#) Georges Orwell, *Dias na Birmânia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018, p. 50. Todas as referências de página sem outra indicação remeterão a esse volume.

[\[ii\]](#) Convém esclarecer que o termo “anglo-indiano” refere-se aos ingleses (e britânicos em geral) que faziam a vida nas Índias britânicas, ou no Serviço Imperial ou em negócios privados. A fórmula, pois, nada tem a ver com mestiçagem; pelo contrário remete a uma cultura orgulhosa de servir à metrópole nas mais inóspitas condições preservando a sua pureza de sangue e de caráter; o lema anglo-indiano por excelência, como nos ensina Orwell pela boca de seu protagonista, tudo diz: “Na Índia, como os ingleses” (p. 181).

[\[iii\]](#) Para ficar num só exemplo desse tipo de leitura, um ótimo crítico de Orwell como Raymond Williams (*Orwell*, Londres, Flamingo, 1984, p. 9) lê a crise do protagonista de *Dias da Birmânia* como a do próprio autor do romance, anti-imperialista e oficial da polícia imperial: “Em teoria, diz, era totalmente a favor dos birmaneses e totalmente contra os seus opressores britânicos. Na prática, a um só tempo era contra o trabalho sujo do imperialismo e nele estava envolvido.”

[iv] Respectivamente, “Por que escrevo”, *Dentro da Baleia*, São Paulo, Companhia das Letras, p. 26; “O abate de um elefante”, no mesmo volume, p. 61.

[v] “Os nativos chamam o sistema britânico de *Sakar ki Churi*, a faca de açúcar. Isto é, não há opressão, é tudo suave e doce, mas é uma faca, ainda assim.” Essas palavras de Dadabhai Naoroji (1825-1917), o “grande ancião da Índia”, são citadas por Sandra Guardini Vasconcelos em seu prefácio ao livro de E. M. Forster, *Uma passagem para a Índia*, São Paulo, Globo, 2005, p. 9. Uma dominação que age, parece-nos, mediante o que o artista filipino Kidlat Tahimik chamou de “spams”, em sua formidável instalação na Bienal de Arte de São Paulo de 2023: *Killing us softly... with their SPAMS... (Songs, Prayers, Alphabets, Movies, Superheroes...)*. Tomamos a liberdade de remeter a um texto nosso sobre a obra: “O apocalipse será instagramado?”, em: <https://revistainspirec.com.br/o-apocalipse-sera-instagramado/>

[vi] Em geral, cf. M. Sinha, “Britishness clubbability, and the colonial public sphere”, *Journal of British Studies*, 40/4, 2001.

[vii] “Rudyard Kipling”, em *My country right of left, 1940-1943*, Nova York, Harcourt, 1968, p. 168.

[viii] Kipling, *O fardo do homem branco*; disponível em: [https://www.fafich.ufmg.br/hist\\_discip\\_grad/KIPLING%20O%20Fardo%20do%20Homem%20Branco.pdf](https://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/KIPLING%20O%20Fardo%20do%20Homem%20Branco.pdf)

[ix] Recordando a sua juventude, pondera: o clube “constituía para mim a totalidade do mundo exterior”; “as circunstâncias de minha vida me tornaram fortemente tributário dos clubes com vista a meu bem-estar espiritual” (Kipling, “Quelques mots sur moi”, em *Œuvres*, IV, Paris, Gallimard, 2001, pp. 995, 1055).

[x] Orwell, “[On Kipling’s death]”, em *An age like this, 1920-1940*, Nova York, Harcourt, 1968, p. 159.

[xi] Cf. Kipling, “Quelques mots sur moi”, ob. cit., p. 1059.

[xii] Idem, p. 1099.

[xiii] Empregamos aqui o termo *ideia* com o sentido presente nesta passagem de *Coração das trevas* de Joseph Conrad: “A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que o nosso, nunca é uma coisa bonita quando a examinamos bem de perto. Só o que redime a conquista é a ideia. Uma ideia por trás de tudo; não uma impostura sentimental mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia – uma coisa que possamos pôr no alto, frente à qual possamos nos curvar e oferecer sacrifícios...” (São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 15).

[xiv] Ainda Conrad (ob. cit., pp. 14-15): os romanos “não eram colonos [...] Eles se apoderavam de tudo o que podiam, sempre que tinham a oportunidade. Era simples roubo, assalto à mão armada, latrocínio numa escala grandiosa, e esses homens o praticavam cegamente – como convém a quem investe contra as trevas.”

[xv] A ata do encontro berlinense está disponível em: [https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf\\_berlim.pdf](https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf)

[xvi] Novamente, vale a pena uma contextualização lexical: chamar um indiano de “negro” é um insulto descomunal, pois significa igualá-lo a um subsaariano; tanto que, por boa política, o Serviço Imperial proíbe o uso da expressão. Como explica o Sr. Macgregor, personagem que exprime a posição oficial do Império, “os birmaneses são mongóis, os indianos são arianos ou dravidianos, e todos eles são muitíssimo diferentes dos...” (p. 39). A palavra proibida fica suspensa no ar.

[xvii] Orwell, *1984*, São Paulo, Companhia das Letras, 2021, p. 304.

[xviii] Esse aspecto de crença “sincera” na mentira, Orwell também o identifica ao tratar das falsificações que, na União Soviética stalinista, armaram-se contra Trótski. Quando levamos em conta a sofisticação desses expedientes, argumenta,



“não dá para achar que os responsáveis estavam apenas mentindo. O mais provável é estarem convictos de que a versão deles efetivamente ocorreu aos olhos de Deus, justificando o rearranjo dos documentos nesse sentido.” (*Sobre a verdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 2020, p.127)

[xix] É deveras interessante um cotejo entre a relação com álcool de Flory e a de Winston Smith em 1984. Este a certo momento deixa de beber gim porque “o processo de viver deixara de ser intolerável”; ao final, após a conversão forçada a que é submetido, volta a beber: “Era a sua vida, sua morte e sua ressurreição. Era o gim que todas as noites o fazia mergulhar no estupor, e era o gim que todas as manhãs o reanimava.” (1984, ob.cit., pp. 200, 347)

[xx] Ou então enlouquecer, como o Kurtz de *Coração das trevas*, o que também é uma maneira de responder ao horror produzido pelo sistema imperial tão logo despertemos para os aspectos recônditos de sua estrutura e de seu funcionamento.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**

<https://amzn.to/4ijMaVI>